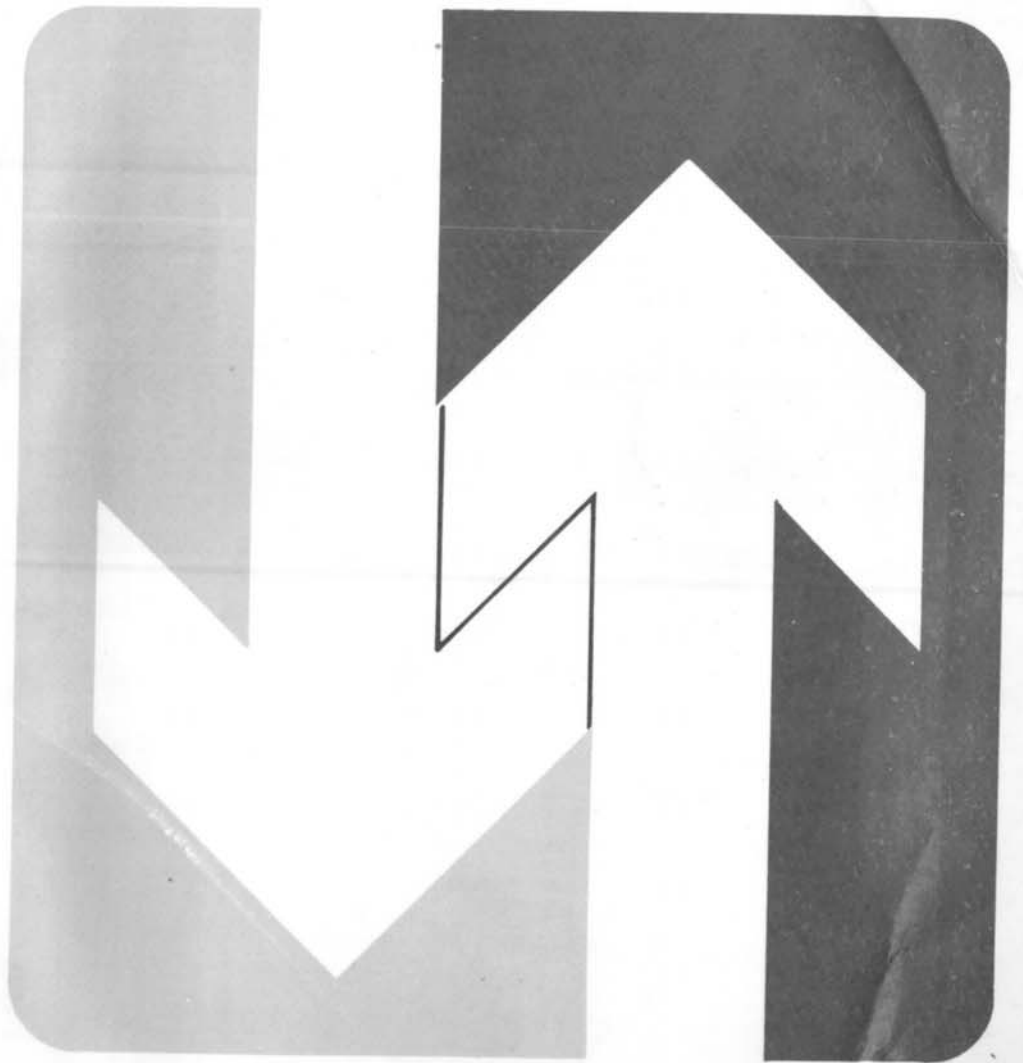


ANAIIS



3º CONGRESSO
BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

02

David Gueiros Vieira

A universidade brasileira alcançou um grau de maturidade manifesto na conscientização do vertiginoso aumento do conhecimento em todos os campos e da imperiosa necessidade de adaptação às exigências da nossa era. Como consequência imediata, cursos de pós-graduação têm sido criados em todas as partes do país, cobrindo diversas áreas do ensino acadêmico, inclusive da História, numa tentativa de formar profissionais de nível internacional condizente.

Para o profissional da História, como é bem sabido de todos, o arquivo histórico é o seu laboratório, é a fonte primária onde vai buscar o conhecimento dos fatos que, catalogados, compreendidos, sintetizados e interpretados, transformam-se em história, propriamente dita, do ponto de vista científico.

A Ciência da História participa hoje do grupo de ciências cujo desenvolvimento é da responsabilidade das universidades. Conseqüentemente, os arquivos históricos tornam-se elementos integrantes da mesma, como centros de documentação e pesquisa, e assim são entendidos no contexto deste trabalho.

Este é o tópico do nosso estudo "Arquivos e Centros de Pesquisas nas Universidades" e pretendemos elaborar aqui um pequeno levantamento do que as universidades brasileiras estão fazendo nesta área. No entanto, nós historiadores, temos o hábito (por bem ou por mal) de antes de tudo fazer um rápido esboço histórico do assunto, numa tentativa de situarmo-nos no tempo e no espaço, respondendo a três perguntas básicas: de onde viemos, onde estamos e para onde vamos?

Antecedentes Europeus

Não pretendemos aqui reestudar o que já foi amplamente feito por outros, como o Prof. José Honório Rodrigues, nos trabalhos *A Pesquisa Histórica no Brasil*¹² e *História e Historiografia*.¹⁶

No entanto, convém rememorar certos fatos relacionados ao desenvolvimento da História como ciência, que, como tal, começou a se desenvolver apenas nos primórdios do Século XIX, particularmente na Alemanha.

Foi um jovem alemão, de 29 anos, Leopold Von Ranke, quem, em 1824, com a publicação, em Frankfurt, de seu trabalho intitulado *A História*

dos Povos Latinos e Alemães (*Geschichte der romanischen und germanischen Völker*) profundamente influenciou a historiografia moderna, levando-a em direção de uma história documentada, solidamente fundamentada em narrativas de testemunhas oculares e nos mais genuínos documentos disponíveis.

Tal documentação, Von Ranke cria ser a fonte da verdadeira e autêntica história, dentro do sentido do vocábulo alemão, *Geschichte*, que literalmente se traduz como “o acontecido”. (*Geschehen* – acontecer; *Geschichte* – o acontecido = História).¹⁷ Em sua *História dos Povos Latinos e Alemães*, em capítulo sobre a historiografia do tópico, Von Ranke fez uma exposição de quão indigna de confiança era a maioria da história tradicional.

Naquele começo de século, passavam os alemães, mormente a Prússia, por um período de dinamização do ensino universitário. Suas universidades, com forte auxílio estatal, começavam a tornar-se famosas em todo o mundo, e a assumir a responsabilidade do desenvolvimento das ciências, entre elas a História. O historiador Von Ranke tomara parte nesse desenvolvimento.

Depois da publicação de seu já mencionado livro, o historiador alemão foi nomeado “professor supranumerário” da universidade de Berlim, onde lecionou 50 anos, pesquisando e formando geração de novos historiadores, profundamente influenciados por sua metodologia. Após Von Ranke, tornou-se inadmissível escrever História senão baseada na mais sólida documentação.

Não queremos dizer que Von Ranke estivesse sozinho nesse empreendimento. Como já mencionado por José Honório Rodrigues, ele fora influenciado pela obra *História Romana (Romische Geschichte)*, Berlim, 1812), de Barthold Georg Niebuhr (1776-1831), cujos trabalhos de história antiga eram fundamentados na mais sólida evidência documental.¹³ Assim, colecionar documentos entrou em voga.

A coleção de documentos históricos, intitulada, *Monumenta Germaniae Historica*, de von Ranke e seus discípulos, serviu de modelo para inúmeras outras *Monumentae*, entre as quais a *Portugaliae Monumenta Historica*, de Alexandre Herculano. Homéricas foram as batalhas que Herculano travou em Portugal, contra os guardiães de grande parte do acervo histórico-documental português, especificamente os conventos e outras instituições religiosas, que recusavam entregar a dita documentação ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo.⁵ No Brasil e nos Estados Unidos da América, entretanto, a situação era curiosamente diferente.

A Historiografia no Novo Mundo

De certo modo o Brasil se antecipou aos Estados Unidos no reconhecimento *oficial* da necessidade da localização, coleta e preservação de documentos. No Brasil, o Arquivo Nacional foi criado pela Constituição de 1824 (Artigo 70) e estabelecido em 02 de janeiro de 1838.¹⁵ Nos Estados

Unidos o Arquivo Nacional só foi estabelecido em 1934, pelo “National Archives Act”. Mais ainda, como é bem conhecido, o nosso velho e prosaico Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi fundado em 1838, ao passo que a American Historical Association só foi “incorporada” oficialmente em 4 de janeiro de 1889.¹

Pergunta-se: quem cuidava dos documentos e da história nos Estados Unidos? Como no Brasil, a história americana, a princípio, era escrita por amadores, especialmente os da Nova Inglaterra. Porém, em bom tempo, sob a influência de professores americanos, ex-alunos de Von Ranke, aos poucos passou para o âmbito universitário, onde vingou e onde, ainda hoje, floresce.

Já a documentação, antes do estabelecimento do Arquivo Nacional Americano, estava depositada nos vários ministérios e agências do governo, resultando em muita perda e muita destruição da mesma. Tal era o descuido com o qual essas agências mantinham os documentos da nação que o Prof. Herbert Baxter Adams, que estudara em Berlim, e introduzira o “Seminário”, de estilo alemão, na pós-graduação de História da Johns Hopkins University, em Baltimore, Maryland, viajava de trem para Washington (a menos de uma hora de viagem), pedia emprestado os documentos nacionais e os levava para serem manuseados e lidos por seus alunos.⁶

Diga-se de passagem que esses mesmos alunos de Johns Hopkins, entusiasmados pelo trato direto com os documentos nacionais, tornaram-se os grandes historiadores, especialmente os do Sul, no fim do século XIX. Entre eles, encontramos, Frederick Jackson Turner, Woodrow Wilson, William Dunning, William E. Dodd, John Spencer Basset e outros.⁷

Já no Brasil, nos antecipamos aos americanos, como acima mencionado, no estabelecimento de um Arquivo Nacional e de um Instituto Histórico Nacional. Mais uma vez, valendo-nos da informação do Prof. José Honório em *A Pesquisa Histórica no Brasil*, vemos que a pesquisa histórica começa, aqui, oficialmente, com a fundação do IHGB (01 de dezembro de 1838), que, inspirado pela escola alemã, dedicou-se à procura de documentos da história nacional, com o fim de “coligi-los, classificá-los e publicá-los”.

Desde a sua fundação, o IHGB preocupou-se em adquirir essa documentação, encontrando seu mecenas no Governo Imperial. O Governo, em 1839, enviou o diplomata José Maria do Amaral à Espanha e Portugal, a fim de lá coligir documentos referentes à história do Brasil.

Esse despertar para a história nacional, provocado pelo interesse na documentação, e pelo empenho demonstrado pelo Imperador, difundiu-se país a fora, provocando a criação de institutos históricos provinciais que, semelhantes ao IHGB, dedicaram-se à coleta de documentos históricos. Não havia historiadores profissionais entre eles, mas apenas leigos que, nem por isso, deixaram de produzir alguma boa história.

Os coletores de documentos durante o Império foram inúmeros e dos mais variados antecedentes, e entre eles o Prof. José Honório cita o Gen. José Raimundo Cunha Matos; Antônio Nunes de Vasconcelos, diplomata; Januário da Cunha Barbosa, clérigo; Francisco Adolfo de Varnhagen, militar e diplomata; J.C. Fernandes Pinheiro, clérigo; João Francisco Lisboa, bacharel, jornalista e político; Duarte da Ponte Ribeiro, médico e diplomata; Paulino

Estivemos em Belém pouco depois da posse do novo governo e conseguimos, cremos, conscientizar o secretário do Sr. Governador, o Prof. Inocêncio Coelho, da importância de procurar salvar os documentos, mesmo depois de microfilmados; que tal trabalho deveria ser feito em cooperação com a Universidade e, possivelmente com o auxílio de técnicos em recuperação, a serem solicitados à UNESCO.

Projetos da Universidade de Brasília

G – *O Centro de Documentação do Brasil Central*, da Universidade de Brasília, está ainda em fase de planejamento, já contando, porém, com modesto financiamento do Ministério da Educação e Cultura.

Propõe-se este Centro a elaborar o levantamento e arrolamento de arquivos públicos, privados, administrativos, judiciários e eclesiásticos do Brasil Central; transferir para Brasília o material escrito para ser microfilmado, que passará então, por um processo de catalogação e, depois de microfilmado, receberá tratamento especial de dedetização e preservação, antes de ser devolvido à entidade que o emprestou; divulgar periodicamente relações de documentos, com notas introdutórias e explicativas.¹⁹

H – *O Projeto Arquivo Nacional da UnB* está ainda em estágio embrionário, o que torna prematuro tentar descrevê-lo. No entanto, certos aspectos do mesmo merecem ser esclarecidos.

Ao criarmos na UnB o curso de pós-graduação em História, fizemos um levantamento de todos os arquivos de Brasília. Fomos informados pelos vários Ministérios de que seus arquivos estariam à nossa disposição.

Na realidade, quando tentamos utilizar os arquivos dos Ministérios, descobrimos que apenas os arquivos correntes, de fato, existiam. O material histórico, estava todo encaixotado e armazenado, não se encontrando, portanto, em condições de utilização por nossos pesquisadores.

Inquirimos sobre a possibilidade desse material passar, em fidúcia, para a Biblioteca Central da UnB, tendo sido informado de ser tal projeto viável com o “placet” do Sr. Diretor do Arquivo Nacional e do Ministério da Justiça. Tendo ciência de que havia planos para montar o Arquivo Nacional de Brasília, fomos aconselhados a consultar o Sr. Diretor do Arquivo Nacional sobre a possibilidade de a UnB dar toda a assistência possível ao projeto a fim de implementá-lo o mais rápido possível.

Ao pensarmos na possibilidade deste projeto, partimos das seguintes premissas:

1) Que existe, repito, uma simbiose entre a história e o arquivo, bem como entre o historiador e o arquivista – os dois complementam-se;

2) Que historiadores, como os nossos professores, com experiência de pesquisa nos mais modernos arquivos do mundo, tanto nos Estados Unidos como na Europa, não são propriamente técnicos em arquivologia, mas “usuários” de arquivos, e que as pessoas indicadas para montar um arquivo

são, na verdade, os arquivistas profissionais, com a assistência, assessoramento e cooperação dos historiadores;

3) Que Brasília tem grande carência de arquivistas;

4) Que um historiador, com treino especial de arquivística seria, possivelmente, um arquivista mais efetivo, em um arquivo histórico do que o arquivista não treinado em história;

5) Que a arquivologia seria mais uma opção de carreira para os nossos graduados em história.

Daí, julgamos que a medida mais certa a se tomar, seria, primeiro, montar a infra-estrutura do projeto, criando na UnB um curso de arquivologia, a nível de especialização. Os professores e alunos desse curso formariam a massa crítica necessária para assumir a responsabilidade da coleta e triagem da documentação já em existência em Brasília.

Em resposta às nossas solicitações, o Sr. Reitor da Universidade de Brasília, recentemente, nomeou uma comissão composta do Chefe do Departamento de Geografia e História, do Diretor da Faculdade de Estudos Sociais e Aplicados e de Professor do Departamento de Letras, para formular os planos e entrar em entendimentos com o Sr. Diretor do Arquivo Nacional e com o Sr. Ministro da Justiça, a fim de oficialmente oferecer os préstimos da UnB no estabelecimento do Arquivo Nacional de Brasília.

Seria prematuro adiantar qualquer outro pormenor, exceto o seguinte: *a priori*, pode-se afirmar que a comissão elaboradora do projeto final, caso a oferta da UnB seja aceita, deverá ser composta não apenas de professores de história, mas do maior número possível de arquivistas e técnicos de áreas conexas.

A simbiose história-arquivo existe, insisto, e deve ser utilizada para que se obtenha dela o maior benefício possível para o Arquivo da Nação.

Bibliografia

- 1 – AHA NEWSLETTER, v. 14, n. 6, set. 1976. pp. 1-2.
- 2 – CONVÊNIO CFC/FUNDEPAR/UF Paraná. *Levantamento e arrolamento de arquivos*. Projeto nº 1.
- 3 – CONVÊNIO MIC/STJ-UNICAMP. *Projeto “Imagens e história da industrialização do Brasil”*.
- 4 – HAMMER, Philip M., ed. *A guide to archives and manuscripts in the United States*. Compiled for the National Historical Commission. New Haven, Yale University Press, 1961.
- 5 – HERCULANO, Alexandre. Questões públicas. In: _____. *Opúsculos*. 7. ed. Lisboa, Bertrand, s.d. Tomo I, pp. 205-48.
- 6 – KRAUS, Michael. *The writing of American history*. Norman, University of Oklahoma Press, 1960, pp. 167-76.
- 7 – LEFEBVRE, G. *El nacimiento de la historiografía moderna*. Barcelona, M. Roca, 1974. pp. 292-7.

- 8 – NATIONAL Archives. In: THE COLUMBIA ENCYCLOPEDIA. 3. ed. New York, Columbia University Press, 1963.
- 9 – PARÁ. Governador (Aloysio da Costa Chaves) *Diretrizes de ação de governo*, 1975/1979. Belém, Globo, 1975. pp. 52-3.
- 10 – PROGRAMA das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Projeto do Governo do Brasil. “Implementação de Centros de Documentação e Informática Histórica Regional, Cuiabá-MT e João Pessoa-PB”. Processo nº 3817/75 – DAU/CODEAT/BSB.
- 11 – RAMOS, Dulce Helena Pessoa Álvares & GLEZER, Raquel. Centro de Documentação Histórica da Fundação Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. *Revista da História*, São Paulo, 35(72):597-9, out./dez. 1967.
- 12 – RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. 2. ed. São Paulo, Nacional, 1969.
- 13 – _____. _____. p. 37
- 14 – _____. _____. p. 49-112.
- 15 – _____. _____. p. 184.
- 16 – _____. *História e historiografia*. Petrópolis, Vozes, 1970.
- 17 – SILVA, Nelson Lehmann da. *Do conceito de experiência em Aristóteles*. Brasília, Departamento de Filosofia e História, 1974.
- 18 – TERMO de Convênio que entre si celebram o Arquivo Histórico Mineiro e a Universidade Federal de Minas Gerais para fins que se especificam. *Diário Executivo*, Minas Gerais, 12 dez. 1974.
- 19 – UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Projeto “Centro de Documentação do Brasil-Central”. Brasília, 1975.

PERGUNTAS AO PROF. DAVID GUEIROS

1) *Isane Zahluth Monteiro* (Secretária de Cultura, Turismo e Desportos – Pará): Quais as informações que o Sr. tem a respeito da Biblioteca e do Arquivo Público do Pará?

R – São ambos um caso todo especial. A Biblioteca é antiqüíssima, com um acervo precioso mas que, infelizmente, por falta de verbas, não tem sido preservado como deveria ser. Em 1966 ou 67 passei por lá num dia de chuva violenta e encontrei estacionados em frente à Biblioteca caminhões abertos transferindo livros dali para o Instituto Histórico onde eram necessários. Aqueles volumes praticamente foram destruídos naquela operação. Subseqüentemente descobrimos que todo o Arquivo Histórico do Pará está localizado num porão do IH, guardado em caixas. A umidade enorme que existe na região do Equador fizeram desses documentos uma massa apodrecida. Houve ainda uma brasilianista da Universidade da Califórnia que obteve licença para pesquisar naquela documentação e microfilmou o conteúdo daquelas caixas. Dizem que o microfilme lá está, mas a verdade é que os documentos foram destruídos após a microfilmagem. Quando estive no Pará procurei conscientizar as autoridades da importância de se restaurar os documentos concomitantemente à microfilmagem, pelo valor intrínseco dos mesmos.

Creio que obtivemos êxito nisso e que, pelo menos, se ainda não se está fazendo nada de concreto a respeito, já existe um programa traçado nesse sentido.

Complementação da resposta pela Sra. Tereza Ione Moura representante do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará: Os fatos que o Sr. aqui revelou, são verdadeiros. Houve realmente muita carência por parte do Arquivo Público, mas a partir de 1974 o Governo do Estado tem se preocupado bastante. Havia falta de bibliotecários no Pará; então o IDESP, através de sua unidade de Documentação foi chamado para elaborar um projeto de reorganização da Biblioteca e Arquivo Público. Já existe portanto um estudo para separação das duas unidades e o projeto da Biblioteca está em fase final. No que se refere ao Arquivo, o Governo do Estado já entrou em contato com o Arquivo Nacional através de D. Wilma Corrêa para realização inclusive, de um curso de treinamento de pessoal. Esse seria o primeiro passo (reorganização para depois se pensar em microfilmagem).

2) *José Roberto Saviani* (São Paulo – SP): Já existe algo oficial sobre a destruição de documentos microfilmados? Como deverá ser efetuada a atualização dos documentos microfilmados em Brasília? Será utilizado o sistema de jaquetas? Em caso positivo onde serão adquiridas? (Foram consideradas como material supérfluo por decreto governamental)

R – Quanto ao primeiro item creio que nada há de oficial. No que diz respeito aos documentos microfilmados em Brasília os mesmos estarão à disposição de todas as universidades e instituições de pesquisa que os solicitarem. Quanto ao uso de jaquetas é uma questão a ser decidida pelos arquivistas.

3) *Astréa de Moraes e Castro* (Arquivo Histórico da Câmara – DF): Como é de seu conhecimento o Curso Superior de Arquivos está devidamente autorizado pelo Conselho Federal de Educação, assim como o currículo mínimo. Não há ainda previsão para cursos de especialização pois ainda não existem os de graduação. Estou à frente da instalação do Curso Universitário em Brasília e como Diretora do Núcleo da Associação dos Arquivistas Brasileiros coloco-me à disposição da UnB.

R – Agradeço à Profa. Astréa a informação recebida e a generosidade da oferta de seus préstimos ao nosso projeto. Procurá-la-ei em Brasília, em tempo oportuno.

4) *Maria Luiza Franco Busse* (V.O. 3ª da Penitência – RJ): O Sr. não sente um certo espírito necrófilo nas pesquisas de História, pela ausência de acesso possível às fontes?

R – Acho estranho o termo “necrofilia” aplicado à História. Em tempo, acrescentaria que, quando contemplada fora das limitações de tempo e espaço, a História existe em tempo tríplice, como a descreve o Prof. Gilberto Freyre: é passado, é presente e também futuro. O homem, para merecer o epíteto de “racional” tem que ter consciência da história e dos antecedentes da cultura à qual pertence.

5) *Maria Luiza Franco Busse, Tacila Toledo* (V.O. 3ª da Penitência): Em verdade o Sr. crê que haja espírito científico de pesquisa nas universidades?

R – Creio que várias universidades brasileiras já deram amplas provas de seriedade e espírito científico nas suas pesquisas na área de História. Como exemplo, já citamos o caso da Universidade Federal do Paraná, que tem um dos projetos mais sérios que já encontrei no Brasil ou no exterior. O mesmo pode ser dito de grande número dos projetos da USP, da UNICAMP, da Universidade Federal da Bahia, da Fluminense e, ultimamente, da UnB. Não é só o estrangeiro que pesquisa com seriedade – o pesquisador nacional também merece crédito.